



# Demonstrações Financeiras

3º trimestre 2024



## Sumário

Balanços Patrimoniais .....	3
Demonstrações dos Resultados.....	4
Demonstrações dos Resultados Abrangentes.....	4
Demonstrações dos Fluxos de Caixa .....	5
Demonstrações do Valor Adicionado .....	6
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido .....	7
1. Contexto operacional .....	8
2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras .....	8
3. Políticas contábeis e correção de erros .....	11
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	11
5. Clientes .....	12
6. Créditos tributários.....	13
7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos .....	14
8. Créditos diversos .....	14
9. Ativo não circulante mantido para venda.....	15
10. Depósitos judiciais e recursais.....	15
11. Créditos realizáveis a longo prazo .....	15
12. Imobilizado .....	16
13. Intangível.....	18
14. Consignações .....	18
15. Tributos e encargos sociais.....	19
16. Obrigações a pagar.....	19
17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas.....	20
18. Benefícios a empregados.....	20
19. Participação nos lucros ou resultados .....	21
20. Dividendos e juros sobre capital próprio.....	21
21. Outras obrigações.....	22
22. Obrigações tributárias.....	22
23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais .....	22
24. Benefício a empregados - Pós-emprego .....	25
25. Patrimônio líquido.....	25
26. Resultado do exercício.....	26
27. Partes relacionadas .....	33
28. Outras notas explicativas .....	37
29. Condições específicas do Serpro .....	39

## Balancos Patrimoniais [em R\$ mil]

Ativo	NE	Set/2024	Dez/2023	Passivo	NE	Set/2024	Dez/2023
<b>Circulante</b>		<b>3.162.055</b>	<b>2.780.076</b>	<b>Circulante</b>		<b>1.163.399</b>	<b>1.018.624</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.350.154	1.975.185	Consignações	14	62.190	67.000
Ativos financeiros		1.276	1.039	Tributos e encargos sociais	15	129.816	128.647
Créditos a receber		1.790.252	802.041	Depósitos diversas origens		1.151	891
Clientes	5	1.522.039	608.287	<b>Obrigações a pagar</b>		<b>970.242</b>	<b>822.086</b>
Créditos tributários	6	107.923	100.141	Fornecedores	16	272.409	279.520
Ressarcimento de pessoal	7	61.835	57.616	Pessoal	17	557.763	390.644
Créditos diversos a receber	8	98.455	35.997	Benefícios a empregados	18	24.484	15.263
Outros Ativos		242	149	Participação nos lucros ou resultados	19	1.397	28.565
Ativos mantidos para venda	9	20.131	1.662	Juros sobre capital próprio	20	112.428	107.059
				Outras obrigações	21	1.761	1.035
<b>Não Circulante</b>		<b>1.995.475</b>	<b>2.017.121</b>	<b>Não Circulante</b>		<b>1.890.066</b>	<b>1.842.355</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>		<b>1.126.045</b>	<b>1.080.658</b>	Obrigações tributárias	22	67.118	60.982
Depósitos judiciais e recursais	10	428.347	417.579	Provisões trabalhistas, cíveis, admin. e fiscais	23	1.105.090	1.095.244
Ressarcimento de pessoal		275.126	279.825	Benefícios pós-emprego	24	717.362	685.633
Créditos tributários diferidos		302.141	268.869	Outras obrigações		496	496
Créditos realizáveis a longo prazo	11	120.106	114.060	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>25</b>	<b>2.104.065</b>	<b>1.936.218</b>
Outros ativos		325	325	Capital		1.786.196	1.786.196
Imobilizado	12	797.292	842.561	Reservas		391.435	543.034
Intangível	13	72.138	93.902	Reservas de reavaliação		91.209	92.926
				Reservas de lucros		128.472	128.472
				Reservas de retenção		171.754	321.636
				Outros resultados abrangentes		(389.171)	(393.012)
				Lucros/Prejuízos acumulados		315.605	0
<b>Total do Ativo</b>		<b>5.157.530</b>	<b>4.797.197</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>5.157.530</b>	<b>4.797.197</b>

## Demonstrações dos Resultados [em R\$ mil]

	NE	Set/2024	Set/2023
Receita operacional líquida	26.2	2.808.208	2.280.899
Custo dos serviços prestados	26.3	(1.539.367)	(1.415.447)
<b>Lucro bruto</b>		<b>1.268.841</b>	<b>865.452</b>
Despesas/Receitas operacionais	26.4	(878.922)	(749.342)
Despesas com vendas		(341.696)	(186.312)
Despesas gerais e administrativas		(515.702)	(560.520)
Outras despesas e receitas operacionais		(21.524)	(2.510)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>		<b>389.919</b>	<b>116.110</b>
Resultado financeiro	26.4	139.226	157.511
Receitas financeiras		158.483	179.570
Despesas financeiras		(19.257)	(22.059)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>529.145</b>	<b>273.621</b>
Imposto de renda e contribuição social	26.5	(102.829)	(98.664)
Correntes		(152.592)	(90.969)
Diferidos		49.763	(7.695)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>426.316</b>	<b>174.957</b>

## Demonstrações dos Resultados Abrangentes [em R\$ mil]

	Set/2024	Set/2023
Resultado Líquido do Período	426.316	174.957
(+/-) Outros Resultados Abrangentes	3.841	2.419
Ajustes de Instrumentos Financeiros	237	156
Passivo Atuarial - EFPC SERPROS	0	0
Tributos Diferidos sobre EFPC SERPROS	2.649	690
Passivo Atuarial - PAS/SERPRO	0	0
Tributos Diferidos sobre PAS/SERPRO	955	1.573
<b>Resultado Abrangente no Período</b>	<b>430.157</b>	<b>177.376</b>

## Demonstrações dos Fluxos de Caixa [em R\$ mil]

Atividades Operacionais	Set/2024	Set/2023
<b>Lucro antes da tributação do IR e CS</b>	<b>529.145</b>	<b>273.621</b>
Depreciação e amortização	154.246	139.797
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	146.702	34.084
Provisão acordo coletivo de trabalho	50.710	0
Provisões trabalhistas, fiscais, cíveis e administrativas	(27.572)	16.904
Provisões benefício pós-emprego	31.729	38.621
Resultado de <i>softwares</i> desenvolvidos	0	(8.384)
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	62.786	(12.242)
Receitas Financeiras	(6.047)	0
Reversão de Provisões tributárias	(38.347)	0
Resultado na alienação e baixa de imobilizado	21.472	107
<b>Lucro ajustado</b>	<b>924.824</b>	<b>482.508</b>
<b>Variação em ativos e passivos operacionais</b>	<b>(1.152.441)</b>	<b>(127.596)</b>
Contas a Receber	(1.134.954)	(107.749)
Pessoal a Pagar	98.462	61.581
Fornecedores	(7.111)	(54.531)
Outras variações do imobilizado	(36.106)	71.123
Outras variações	(72.732)	(98.020)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(67.892)	(22.482)
Juros Pagos	6.657	12.921
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>(288.852)</b>	<b>345.351</b>
Imobilizado	(64.097)	(215.892)
Intangível	(8.482)	(11.015)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de investimentos</b>	<b>(72.579)</b>	<b>(226.907)</b>
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	(263.598)	(486.613)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos</b>	<b>(263.598)</b>	<b>(486.613)</b>
<b>Variação de caixa e equivalentes de caixa no período</b>	<b>(625.029)</b>	<b>(368.169)</b>
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.183</b>	<b>1.860.744</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.350.154</b>	<b>1.492.575</b>

## Demonstrações do Valor Adicionado [em R\$ mil]

Geração do Valor Adicionado		
	Set/2024	Set/2023
Receitas	3.010.305	2.640.670
Receita Operacional Bruta	3.190.956	2.721.845
Resultado com créditos a receber	(146.702)	(34.084)
Descontos Concedidos	(2.848)	(10.049)
Vendas Canceladas	(32.818)	(37.656)
Outros valores	1.717	614
Insumos adquiridos de terceiros	(475.341)	(463.842)
Valor adicionado bruto	2.534.964	2.176.828
Retenções	(164.987)	(208.217)
Depreciações e Amortizações	(154.246)	(139.797)
Resultados com Ações Judiciais	(10.741)	(68.420)
Valor adicionado líquido	2.369.977	1.968.611
Recebido de terceiros	158.483	179.570
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>2.528.460</b>	<b>2.148.181</b>
Distribuição do valor adicionado		
	Set/2024	Set/2023
Empregados (Salários, Encargos, Benefícios)	1.513.941	1.387.747
Governo (Impostos e Contribuições)	572.350	568.124
Capitais de Terceiros	7.479	3.820
Acionistas (Dividendos juros e JCP)	119.085	104.297
Lucros Retidos	315.605	84.193
<b>Valor adicionado total distribuído</b>	<b>2.528.460</b>	<b>2.148.181</b>

## Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido [em R\$ mil]

	Reservas					Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.			
Saldo em 31 de dez/2022	1.061.005	93.386	105.934	725.191	356.948	-	(325.001)	2.017.463
Lucros/Prejuízos líquidos						174.957		174.957
Realização de reserva de reavaliação		(614)				614		0
Dividendos adicionais atualização					(356.948)	0		(356.948)
Juros sobre Capital Próprio creditados						(91.377)		(91.377)
Outros Resultados Abrangentes							2.419	2.419
<b>Saldo em 30 de Set/2023</b>	<b>1.061.005</b>	<b>92.772</b>	<b>105.934</b>	<b>725.191</b>	<b>0</b>	<b>84.194</b>	<b>(322.582)</b>	<b>1.746.514</b>

	Reservas					Lucros Acumulados	Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
	Capital	Reavaliação	Legal	Retenção	Divid. Adic.			
Saldo em 31 de dez/2023	1.786.196	92.926	128.472	321.636	0	0	(393.012)	1.936.218
Lucro Líquido do Exercício						426.317		426.317
Dividendos Adicionais requeridos			0	(149.882)				(149.882)
Realização de Reserva de Reavaliação		(1.717)				1.717		-
Juros sobre Capital Próprio Creditados						(112.429)		(112.429)
Outros Resultados Abrangentes							3.841	3.841
<b>Saldo em 30 de Set/2024</b>	<b>1.786.196</b>	<b>91.209</b>	<b>128.472</b>	<b>171.754</b>	<b>-</b>	<b>315.605</b>	<b>(389.171)</b>	<b>2.104.065</b>

## 1. Contexto operacional

O Serviço Federal de Processamento de Dados (SERPRO) é Empresa Pública, sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, vinculada ao Ministério da Fazenda, com sede em Brasília/DF. Foi criada pela Lei nº 4.516/1964, regida pela Lei nº 5.615/1970 e, de forma suplementar, pela Lei das Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/1976) e Lei das Estatais (Lei nº 13.303/2016), regulamentada pelo Decreto nº 8.945/2016. Além desses, o SERPRO mantém seu Estatuto Social vigente e demais normativos legais que lhe forem cabíveis atualizados.

O SERPRO é composto por 11 (onze) regionais distribuídas pelo Brasil. Suas infraestruturas possuem tecnologia de ponta, que interconecta todas as regiões do país. A capacidade tecnológica e ampla experiência no mercado proporcionam desenvolvimento, manutenção e hospedagem de grandes sistemas da Administração Pública Federal.

Os serviços oferecidos aos setores público e privado incluem inteligência em tecnologia da informação capazes de trazer segurança para o ambiente de negócios do país. Para tanto, o SERPRO está alinhado com a privacidade e a proteção de dados do cidadão, e se manifesta contra o uso indevido e não autorizado. Dessa forma, tem como premissa ser referência no atendimento aos requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD).

O propósito do SERPRO é prover soluções inteligentes para transformação e inclusão digital. A visão empresarial é de construir o melhor Governo Digital para o cidadão. Assim, o SERPRO é protagonista da transformação digital no Brasil, mantendo estreita relação com a Estratégia de Governo Digital. Este direcionamento norteia a inovação do Governo brasileiro por meio de tecnologias digitais inteligentes, e visa oferecer Políticas Públicas e serviços de qualidade, acessíveis e disponíveis, com o menor custo para o cidadão.

Como diferencial, e no papel de propulsor da transformação digital do Brasil, o SERPRO acompanha e cumpre as exigências legais em desenvolver soluções tecnológicas voltadas ao interesse coletivo e ao imperativo de segurança nacional.

O SERPRO, como empresa pública de tecnologia, tem papel fundamental de impulsionar políticas públicas a fim de fomentar o desenvolvimento do país e democratizar serviços essenciais a todos os brasileiros. As atividades realizadas pelo SERPRO são dirigidas ao Estado e à sociedade, e viabilizam a conexão entre Governo, empresas e cidadãos por meio de soluções tecnológicas. Ao realizar negócios com o Governo, a Empresa prioriza iniciativas que visam a modernização da Administração Pública, junto ao mercado privado, desenvolve serviços de excelência para que empresas de todos os tamanhos e segmentos da economia tenham informações íntegras, disponíveis e confiáveis, e soluções que tornem suas plataformas de negócio mais seguras e inteligentes.

A Empresa segue observando atentamente o cenário econômico atual, agindo de forma a assegurar a sustentabilidade econômico-financeira e a sua capacidade operacional. Os esforços estão voltados para a implementação de medidas e ações responsáveis de contenção de gastos, otimização de recursos, aumento de produtividade e minimização dos potenciais impactos financeiros. Além disso, o SERPRO vem diversificando sua carteira de clientes, principalmente junto ao mercado privado, inclusive, internacional.

## 2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras estão em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de contabilidade.

A empresa segue, na íntegra, os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), desde que aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e/ou pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

As demonstrações representam informações que proporcionam aos seus usuários uma visão detalhada e transparente das operações, da posição patrimonial e da movimentação financeira, seguida da aprovação da alta administração.

## 2.2 Emissão e divulgação

A emissão e divulgação das demonstrações financeiras do 3º Trimestre de 2024, encerrado em 30 de setembro, foram autorizadas pela Diretoria Executiva da empresa em reunião de 14 de novembro de 2024.

## 2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto os ativos financeiros, avaliados a valor justo e refletidos no Patrimônio Líquido. As provisões trabalhistas, cíveis e administrativas foram mensuradas pelo valor atual estimado da obrigação, e suas variações impactaram diretamente no resultado do exercício. Já as provisões matemáticas relativas aos benefícios pós-emprego da empresa, mensuradas pelo valor presente líquido das obrigações, impactaram tanto no resultado do exercício quanto em outros resultados abrangentes (ORA), no Patrimônio Líquido.

### 2.3.1 Mensuração do valor justo

A mensuração a valor justo dos ativos financeiros se dá pela abordagem do mercado principal. Os preços utilizados contêm informações relevantes do produto em transações no mercado e envolvem ativos ou passivos considerados semelhantes.

## 2.4 Base de apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas com a finalidade de fornecer informações aos usuários, e evidenciar as ocorrências mais significativas no período. Ao analisar as demonstrações financeiras, deve-se considerar esta Nota Explicativa (NE) como parte integrante das ponderações.

### 2.4.1 Moeda funcional

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional do SERPRO. Todos os valores apresentados nas demonstrações financeiras estão em milhares de reais arredondados para o número mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

### 2.4.2 Apresentação pelo valor líquido

As contas ativas e passivas que guardam, em sua essência, relações entre si foram consideradas pelo valor líquido em razão de possuírem natureza semelhante.

## 2.5 Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC

Para fins de publicação, a Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) é apresentada pelo método indireto. O Serpro apresenta também a DFC pelo método direto, conforme Nota Explicativa 4.3. No que se refere aos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos, os valores se referem a movimentação do imobilizado e do intangível e pagamentos de dividendos, respectivamente.

## 2.6 Demonstração do Valor adicionado – DVA

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela empresa e sua distribuição, durante determinado período. Foi elaborada a partir dos registros contábeis que servem de base para a preparação das demonstrações financeiras.

## 2.7 Demonstração do Resultado do Exercício – DRE

Para fins de publicação e atendimento ao que preconiza o CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a Demonstração de Resultado do Exercício será apresentada por função. Para efeito de evidenciação em notas explicativas, os seus valores serão informados por natureza.

## 2.8 Reclassificações

Para fins de comparabilidade e melhor avaliação das situações apresentadas, algumas informações relativas aos períodos anteriores foram reclassificadas. Tais reclassificações não são objeto de reapresentação de balanço, uma vez que, para a administração, não afetam a tomada de decisão empresarial. Em síntese, representam alterações de nomenclatura de grupo das demonstrações, reclassificação de valores ou revisão de agrupamento de contas.

### 2.8.1 DFC

Na demonstração do caixa das atividades operacionais, houve reclassificação de resultado da receita a faturar (CPC47) do grupo das movimentações ativas e passivas para ajustes ao lucro do exercício; e, em imposto de renda e contribuição social foram mantidas as antecipações pagas, o restante dos tributos correntes apurados foi transferido para outras variações. Ambas as reclassificações não alteram a movimentação líquida do caixa.

Atividades Operacionais	Set/2023 (Reclassificado]	Reclassificações	Set/23 [Publicado]
Lucro antes da tributação do IR e CS	273.621	0	273.621
Resultado Receita a Faturar (CPC 47)	(12.242)	(12.242)	0
<b>Reclassificações em Lucro ajustado</b>		<b>(12.242)</b>	
Reclassificações em grupos ativos e passivos		(56.245)	
Contas a Receber	(107.749)	32.718	(140.467)
Outras variações	(98.019)	(88.963)	(9.057)
Reclassificação em Imposto de renda e contribuição social	(22.481)	68.487	(90.969)
<b>Efeito líquido no caixa das atividades Operacionais</b>		<b>0</b>	

## 2.9 Estimativas e julgamentos contábeis

No processo de preparação das demonstrações financeiras é requerido o uso de estimativas contábeis críticas e de julgamentos por parte da Administração do Serpro na aplicação das políticas contábeis.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados, com base na experiência da Administração e nas informações disponíveis até a data das demonstrações financeiras. É provável que haja diferenças entre os valores estimados e os resultados efetivamente ocorridos, por definição. As estimativas e julgamentos afetam as seguintes notas explicativas:

Descrição	Nota Explicativa
PECLD	5.1.1
Redução ao valor recuperável	5.1.2
Depreciação/Amortização	12 e 13
Provisões Judiciais e Administrativas	23
Benefícios a Empregados	24

## 3. Políticas contábeis e correção de erros

### 3.1 Políticas e Práticas Contábeis

As políticas e práticas contábeis aplicadas pelo SERPRO para elaboração das demonstrações financeiras estão apresentadas ao longo desta Nota Explicativa. Cálculos e julgamentos realizados no mesmo período do ano anterior somente foram modificados em relação à estimativa de valores a devolver da imunidade tributária.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os saldos de caixa e aplicações financeiras com realização imediata e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo. O risco de alteração no valor justo é irrelevante.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Caixa/ Bancos	28.343	24.888
Aplicação financeira	1.321.811	1.950.297
<b>Caixa e equivalente de caixa</b>	<b>1.350.154</b>	<b>1.975.185</b>

### 4.1 Bancos contas movimento

A maior parte do valor de R\$ 28,3 milhões está depositado no Banco do Brasil em Nova York/EUA e se refere à dólares adquiridos para fazer frente a contratos firmados em moeda estrangeira (USD, Dólar americano).

### 4.2 Aplicações financeiras

Descrição	set/2024	Dez/2023
BB Extramercado FAE	761.652	958.703
CAIXA FI Extramercado Comum IRFM-1	560.159	991.594
<b>Aplicações Financeiras</b>	<b>1.321.811</b>	<b>1.950.297</b>

A redução observada entre os meses de dezembro/2023 e setembro/2024 se dá pelo resgate de valores para cobertura operacional das despesas do período, inclusive o pagamento de dividendos (R\$ 263,6 milhões). A rentabilidade acumulada dos fundos em 2024, até o período, foi de 7,03% para o BB Extramercado e de 6,97% para o Caixa FI Extramercado.

Trata-se de aplicações de alta liquidez. Nos termos da Resolução BCB 3.284 de 2005, o saldo de R\$ 1,32 bilhão está aplicado em fundos de investimento extramercado comuns, administrados pelo Banco do Brasil (BB) e pela Caixa Econômica Federal (CEF), com posição de setembro de 2024. Os fundos extramercado destinados às empresas Públicas são compostos da seguinte forma: 75%, no mínimo, atrelados às emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional e 25%, no máximo, em certificados ou recibos de depósito bancário de emissão de instituição integrante do conglomerado financeiro liderado pela CEF ou BB.

Esses fundos apresentam baixo risco, liquidez diária (D+0) e taxa de administração de 0,10% a.a. Devido à composição do fundo, a tendência do rendimento é influenciada pelo comportamento da taxa básica de juros, SELIC.

### 4.3 Demonstração do Fluxo de Caixa pelo método direto

A seguir a DFC pelo método direto. Ressalta-se que houve alteração na sistemática de apuração, com exclusão do fluxo de caixa Créditos Tributários, impactando o Recebimento de Clientes, Pessoal e outras correções.

	Set/2024	Set/2023
<b>Atividades Operacionais</b>		
Recebimentos de clientes	1.774.321	2.292.681
Ressarcimento de pessoal requisitado	169.448	199.670
Rendimento de aplicações financeiras	110.063	139.472
Outros recebimentos	111.686	106.374
Tributos e encargos	(243.931)	(199.905)
Pessoal e encargos	(1.767.134)	(1.732.626)
Sentenças judiciais	(74.685)	(90.104)
Pagamentos a fornecedores	(368.622)	(370.209)
<b>Caixa Líquido das atividades operacionais</b>	<b>(288.854)</b>	<b>345.353</b>
<b>Atividades de investimentos</b>		
Pagamento pela compra de imobilizado e intangível	(72.579)	(226.907)
<b>Caixa Líquido das atividades de investimentos</b>	<b>(72.579)</b>	<b>(226.907)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio	(263.598)	(486.613)
<b>Caixa Líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>(263.598)</b>	<b>(486.613)</b>
<b>Movimentação líquida de caixa e equivalente de caixa</b>	<b>(625.031)</b>	<b>(368.167)</b>
<b>Saldo Inicial – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.975.185</b>	<b>1.860.743</b>
<b>Saldo Final – caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>1.350.154</b>	<b>1.492.576</b>

## 5. Clientes

Os valores relacionados aos clientes não possuem componentes de financiamento, representam o valor acordado entre as partes com vencimento médio de trinta dias, não ultrapassam um exercício financeiro, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente e, nos termos do CPC 48, o modelo de negócio referente a este ativo tem como objetivo a manutenção de ativos para receber fluxos de caixa contratuais, assim, reconhecidos pelo custo amortizado.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Créditos a receber a faturar	96.362	170.862
Créditos a receber de clientes a vencer	581.538	305.251
Vencidos até 30 dias	212.774	40.277
Vencidos de 31 a 60 dias	179.351	21.791
Vencidos de 61 a 90 dias	133.337	25.707
Vencidos de 91 a 180 dias	419.955	25.107
Vencidos de 181 a 365 dias	18.067	19.944
Vencidos mais de 365 dias	213.380	195.643
<b>Créditos a receber</b>	<b>1.854.764</b>	<b>804.582</b>

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Perdas Incorridas	(140.410)	(114.528)
Perdas Estimadas	(182.254)	(71.706)
Redução ao valor recuperável de clientes	(10.061)	(10.061)
<b>Total</b>	<b>1.522.039</b>	<b>608.287</b>

## 5.1 Perdas Estimadas para crédito em liquidação duvidosa – PECLD

O cálculo considera o perfil de pagamento dos clientes, a probabilidade de perda ao longo das faixas de inadimplência, a recuperabilidade desses valores de acordo com a série histórica e previsões de condições econômicas futuras. Os tipos de clientes são segmentados nas categorias Clientes Públicos OGU, Clientes Públicos Não OGU e Mercado Privado para análise do comportamento histórico do desempenho de pagamentos dos clientes. Por fim, permanecem incluídos também como PECLD os valores em avaliação de direito registrados no ativo não circulante.

### 5.1.1 PECLD de curto prazo

Movimentação	Estimada	Incorrida	Total
Saldo em Dez/2023	71.706	114.528	186.234
Constituição	145.891	33.647	179.538
Reversão	(35.343)	(7.765)	(43.108)
<b>Saldo em Set/2024</b>	<b>182.254</b>	<b>140.410</b>	<b>322.664</b>

Os valores dos créditos a receber de clientes no encerramento do exercício, registrados no curto prazo, são apresentados no balanço deduzidos das perdas estimadas (R\$182,3 milhões) e das perdas incorridas (R\$140,4 milhões), perfazendo um total de R\$ 322,7 milhões.

### 5.1.2 Redução ao valor recuperável de clientes

Os R\$ 10,1 milhões registrados decorrem da identificação de consumos anômalos (R\$ 5,7 milhões) identificados e do registro de redução de ativo (R\$ 4,4 milhões) relativo a multas e juros incidentes sobre faturas em atraso, parcialmente pagas.

O consumo anômalo se caracteriza quando a utilização de determinado serviço por um cliente extrapola significativamente sua utilização histórica. É comum que a extrapolação de fato não represente a utilização do serviço, gerando questionamentos por parte do cliente. Haja vista que a solução para a questão ultrapassa as tratativas comerciais, trata-se o valor como incobrável, gerando a redução do valor recuperável.

No caso dos valores pagos parcialmente, como em regra decorrem de valores questionados pelos clientes, também é efetuado registro de redução, dada a baixa probabilidade de recebimento.

## 6. Créditos tributários

Em créditos de tributos federais são registrados: valores de IRPJ e CSLL relativos à apuração mensal dos tributos que geram antecipação de valores; retenções sobre os rendimentos financeiros e recebimentos de serviços abatidos pelos tributos devidos no final do período, todos nos termos da legislação vigente. Em créditos de tributos municipais são registrados créditos a recuperar junto às secretarias de fazenda.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
<b>Tributos Federais – IRPJ e CSLL</b>	<b>99.686</b>	<b>90.775</b>
IR e CSLL a recuperar/compensar	233.146	210.559
IRRF a compensar	19.104	40.013
IRPJ a recolher	(89.053)	(84.976)
CSLL a recolher	(63.511)	(74.821)
<b>Tributos Municipais</b>	<b>8.237</b>	<b>9.366</b>
ISS a compensar	8.226	9.355
INSS a compensar	11	11
<b>Total</b>	<b>107.923</b>	<b>100.141</b>

O ISS a compensar (R\$ 8,2 milhões) se refere às retenções efetuadas por clientes públicos no Distrito Federal (DF). Uma vez que o Serpro possui reconhecida a imunidade no DF, há o direito ao ressarcimento dos valores.

## 7. Ressarcimento de pessoal cedido a órgãos externos

O SERPRO, nos termos da legislação vigente (Decreto nº10.835/2021), é responsável pela folha de pagamento dos empregados cedidos a órgãos externos (Pessoal de Serviço Externo – PSE), assim como por outras obrigações correlatas. Os pagamentos realizados ordinariamente são reconhecidos como direito a receber dos cessionários, como créditos a receber, a partir da emissão de documentos denominados Notas de Ressarcimento (NR).

Já os valores de ressarcimento relativos às sentenças judiciais e processos trabalhistas são reconhecidos no ativo com base no Parecer GQ nº 56, emitido em 1995 pela AGU.

Ao final de setembro de 2024, o SERPRO contava com 1.488 empregados cedidos a órgãos externos, em sua grande maioria, vinculados ao Ministério da Fazenda.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Ressarcimento - Folha de pagamento	57.746	57.564
Provisões ACT	4.037	0
Ressarcimento - Sentenças judiciais (a)	52	52
<b>Total Circulante</b>	<b>61.835</b>	<b>57.616</b>
Ressarcimento - Sentenças judiciais (b)	155.642	155.642
Ressarcimento - Processos Trabalhistas (c)	119.484	124.183
<b>Total Não Circulante</b>	<b>275.126</b>	<b>279.825</b>

A Nota explicativa sobre Partes Relacionadas (Nota 27) apresenta mais informações acerca das transações que envolveram Pessoal de Serviço Externo (PSE).

## 8. Créditos diversos

O saldo de R\$ 98,4 milhões (R\$ 35,9 milhões em 31 de dezembro de 2023), representa, na sua maior parte, créditos decorrentes da folha de pagamento. São valores a receber concernentes, principalmente, ao adiantamento de férias e demais verbas de pessoal no importe de R\$ 88,5 milhões, além do registro de outros recebíveis, tais como boletos do Plano de Saúde PAS/Serpro (R\$ 9,9 milhões).

## 9. Ativo não circulante mantido para venda

Refere-se a imóveis não inseridos no contexto operacional da entidade e que possuem venda aprovada pela Diretoria Executiva e Conselho de Administração (CA). Os ativos não circulantes mantidos para venda são apresentados no Balanço pelo menor valor entre o custo histórico abatido da depreciação ou a expectativa de venda líquida, ou seja, já deduzida das despesas com a venda. Os ganhos e as perdas são mensurados no resultado quando da operação, conforme normativo contábil.

### 9.1 Imóveis mantidos para venda

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Imóvel - Andaraí RJ	21.154	(1.023)	20.131

Há decisão de alienação de imóvel localizado no estado do Rio de Janeiro, com movimento firme de venda. O imóvel encontra-se desocupado, apenas com a manutenção mínima necessária para a conservação predial. Desse modo, houve a reclassificação do referido bem para a conta de Ativo Não Circulante Mantido para Venda. O menor valor apurado para o imóvel em Laudo Técnico de Avaliação é de R\$ 36,4 milhões.

Ressalta-se que, até então, constava registrado também o Galpão de Taguatinga DF. Por decisão da Gestão, o imóvel não será mais vendido, razão pela qual retornou para o ativo imobilizado.

Descrição	Imóvel	Depreciação	Saldo
Galpão - Taguatinga DF	1.720	(58)	1.662

## 10. Depósitos judiciais e recursais

Garantia em juízo de valores depositados a fim de satisfazer crédito oriundo de decisões judiciais. Enquanto o valor estiver depositado em conta bancária à disposição do Juízo, os seus valores compõem o ativo empresarial.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Depósitos judiciais e recursais	428.162	417.395
Ações fiscais	185	184
<b>Total</b>	<b>428.347</b>	<b>417.579</b>

Neste grupo, estão contabilizados, em sua ampla maioria, os valores referentes à garantia de juízo, sobretudo em ações de natureza trabalhista. Os valores são mantidos em contas específicas, conforme determinação judicial.

## 11. Créditos realizáveis a longo prazo

O valor de R\$ 120,1 milhões refere-se à parte que cabe ao SERPRO sobre o Precatório n.º 0000779-13.2013.8.24.0500, resultante da Ação de Cobrança e Indenização por Perdas e Danos (Processo n.º 0385848-57.2006.8.24.0023). É importante destacar que a titularidade do precatório pertence ao SERPROS, cabendo à Patrocinadora o percentual de 42,72499%, conforme previsto em contrato de Aporte Financeiro Específico (cláusula 3ª do 2º termo aditivo). O crédito atualizado do precatório até 30/09/2024 é de R\$ 289,8 milhões, dos quais 3% são destinados a pagamento de honorários advocatícios. A posição na lista de recebimento de precatórios do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é a 468ª posição, no final do 3º trimestre de 2024.

## 12. Imobilizado

Bens mensurados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada para abater o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Bens Móveis e Imóveis	1.765.824	1.700.810
Depreciação e Amortização	(968.532)	(858.249)
<b>Total</b>	<b>797.292</b>	<b>842.561</b>

Descrição	Edifícios		Terrenos	Obras	Instalações		Benfeitorias propr. terceiros		Bens móveis		Total Ativo Imobilizado	
	Ativo	Deprec.	Ativo	Ativo	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.	Ativo	Deprec.
Saldo dez/2023	148.606	(48.111)	66.430	17.174	150.778	(139.341)	1.817	(1.817)	1.316.005	(668.980)	1.700.810	(858.249)
Adições				827					15.164		15.991	0
Baixas									(3.100)	3.097	(3.100)	3.097
Depreciação e Amortização		(457)				(191)				(41.219)	0	(41.866)
Saldo mar/2024	148.606	(48.568)	66.430	18.001	150.778	(139.532)	1.817	(1.817)	1.328.069	(707.102)	1.713.701	(897.018)
Adições				1.193					24.533		25.726	0
Baixas									(826)	822	(826)	822
Transferências/ajustes	(7.162)	913	(12.272)							(18.650)	(19.434)	(17.737)
Depreciação e Amortização		(457)				(192)				(42.089)	0	(42.737)
Saldo jun/2024	141.444	(48.112)	54.158	19.194	150.778	(139.724)	1.817	(1.817)	1.351.776	(767.019)	1.719.167	(956.670)
Adições				1.178		(2.389)			81.754		82.932	(2.389)
Baixas									(33.444)	32.334	(33.444)	32.334
Transferências/ajustes	971			(4.894)	2.078	1.845			(986)	(1.471)	(2.831)	372
Depreciação e Amortização		(474)								(41.705)	0	(42.178)
Saldo Set/2024	142.415	(48.586)	54.158	15.478	152.856	(140.268)	1.817	(1.817)	1.399.100	(777.861)	1.765.824	(968.531)

Destacam-se os investimentos em Bens Móveis, formado majoritariamente por Equipamentos de TI, que atingiram em 2024 o patamar de 121,4 milhões (linhas “Adições”, coluna “Ativo”). Por outro lado, ocorreram eventos que reduziram o Imobilizado, como: (i) a transferência de Imóvel para o Ativo Mantido para Venda (Edifício e Terreno, Andaraí/RJ), no valor líquido de R\$ 20,1 milhões; (ii) o reconhecimento de Depreciação referente a bens registrados intempestivamente no patrimônio.

As vidas úteis do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são estimadas pelos gestores, conforme especificidade do ativo, e são revisadas periodicamente. Em média, foram assim atribuídas:

Descrição	Vida útil (em anos)
Edifícios	59
Instalações	5
Móveis e utensílios	10
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10
Equipamentos de TI	5
Veículos	10

## 13. Intangível

Trata-se de gastos incorridos associados diretamente a *softwares* identificáveis e únicos. São mensurados pelo custo de aquisição, deduzidos das amortizações acumuladas. No caso dos *softwares* desenvolvidos internamente, representam os gastos envolvidos até que este esteja pronto para uso, quando se inicia a amortização.

Descrição	Dez/2023	Entradas/Amortização	Baixas	Set/2024
<b>Softwares</b>	<b>765.188</b>	<b>0</b>	<b>3.992</b>	<b>769.180</b>
Adquiridos	734.581	10.049	0	744.630
Desenvolvidos para uso interno	24.550	0	0	24.550
Estoque interno	6.057	(10.049)	3.992	0
<b>(Amortização acumulada e Perdas estimadas)</b>	<b>(671.286)</b>	<b>(25.756)</b>	<b>0</b>	<b>(697.042)</b>
Softwares adquiridos	(668.331)	(20.989)	0	(689.320)
Softwares desenvolvidos para uso interno	(2.391)	(4.767)	0	(7.158)
Perdas Estimadas por Redução ao valor recuperável	(564)	0	0	(564)
<b>Valor Líquido</b>	<b>93.902</b>	<b>(25.756)</b>	<b>3.992</b>	<b>72.138</b>

Descrição	Vida útil definida
Softwares adquiridos	2 a 7 anos
Softwares desenvolvidos para uso interno	1 a 10 anos

## 14. Consignações

Trata-se de retenções na folha de pagamento de empregados e tributos retidos de fornecedores.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Previdência social	16.788	16.509
Pensão alimentícia	50	50

Descrição	Set/2024	Dez/2023
IRRF	21.468	42.475
Tributos federais retidos	7.902	1.794
ISS	895	338
Plano de previdência e assistência médica	9.134	220
Entidades representativas de classes	174	173
Empréstimos, retenções e consignatários	5.779	5.441
<b>Total</b>	<b>62.190</b>	<b>67.000</b>

## 15. Tributos e encargos sociais

Trata-se de tributos e encargos sociais sobre receita, folha (FGTS) e outros.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Passivo fiscal diferido	12.360	44.170
PASEP / COFINS a recolher	78.308	34.469
CPRB a recolher	19.280	25.520
FGTS	10.149	14.774
ISS a recolher	9.704	8.576
Outros tributos	15	1.138
<b>Total</b>	<b>129.816</b>	<b>128.647</b>

### 15.1 Passivo Fiscal Diferido

Descrição	Set/2024	Dez/2023
IRPJ/ CSLL	-	20.095
Demais Tributos s/ Receita Bruta	12.360	24.075
<b>Total</b>	<b>12.360</b>	<b>44.170</b>

Os tributos diferidos incidem sobre o saldo de Créditos a Receber de Clientes a Faturar. Os tributos diretos sobre a receita bruta a faturar são CPRB, PASEP, COFINS e ISS. Em 2024, o IRPJ e a CSLL diferidas passaram a ser controlados no passivo não circulante, conforme demonstrado na NE 26.5.4.

## 16. Obrigações a pagar

São obrigações a pagar por bens e serviços que foram adquiridos no curso normal do negócio. Para reconhecimento e mensuração de contas a pagar e fornecedores, os seguintes critérios são considerados: (1) Os valores de fornecedores e contas a pagar não possuem componente de financiamento, uma vez que representam o valor acordado entre as partes, com vencimento no curto prazo, não sendo aplicável o cálculo de ajuste a valor presente; (2) É reconhecido pelo custo amortizado e não se altera a forma anterior de reconhecimento. O objetivo é financiar as atividades operacionais e, em regra, são mantidas até o vencimento.

As contas mais representativas são Fornecedores no importe de R\$ 272,4 milhões (R\$ 279,5 milhões, em dez/2023), resultado das operações comerciais do Serpro, e as Obrigações Trabalhistas no importe de R\$ 503,0 milhões (R\$ 390,6 milhões, em dez/2023).

## 17. Pessoal a pagar e encargos trabalhistas

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Férias	219.639	221.631
Licença prêmio	174.612	164.484
13º salário	104.888	0
Provisão Acordo Coletivo de Trabalho	54.747	0
Programa Demissão Voluntária - PDV	4	4
Outras obrigações com pessoal	3.873	4.525
<b>Total</b>	<b>557.763</b>	<b>390.644</b>

A variação observada entre dez/2023 e set/2024 (R\$ 167,1 milhões no total) se refere, principalmente, à constituição de valores a pagar de décimo terceiro salário e à provisão para ACT, com base no índice (4,23%) ofertado pela empresa nas negociações junto aos representantes dos empregados.

## 18. Benefícios a empregados

### 18.1 Planos de previdência complementar oferecidos pelo SERPRO

O Serpro oferece como benefício pós-emprego aos empregados a possibilidade de previdência complementar, que é administrada pela entidade fechada de previdência complementar SERPROS, constituída sob a forma de sociedade civil sem fins lucrativos, com autonomia administrativo-financeira e personalidade jurídica de direito privado. Os dois planos atualmente ativos são PS-I e PS-II, como apresentado no quadro a seguir:

Descrição	Tipo	Características
Plano PS-I	Benefício Definido-BD	Plano saldado desde 01/04/2013, sob amparo legal e cujos benefícios já foram concedidos
Plano PS-II	Plano de Contribuição Variável (CV)	Plano aberto para novas adesões e possui características de Contribuição Definida (CD) na fase de acumulação e de Benefício Definido (BD) na fase de pós-concessão.

#### 18.1.1 Obrigações a pagar com plano de previdência

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Ações de Cobrança	13.344	13.344
Contribuições paritárias	11.140	1.918
Outros Valores	-	1
<b>Total</b>	<b>24.484</b>	<b>15.263</b>

O valor de R\$ 13,3 milhões decorre de ação de cobrança (Processo 0012357-70.2016.401.3400). O SERPROS Fundo Multipatrocinado reclama em juízo tal pagamento, a título de juros incidentes sobre o valor devido a título de aporte financeiro, destinado à viabilização da migração de participantes do Plano Serpro I para o Plano Serpro II (amortização da dotação inicial), e sobre o parcelamento das diferenças referentes à taxa de contribuição prescrita na lei nº 8020/90

- “amortização extraordinária”, as quais foram suspensas por determinação do Tribunal de Contas da União à época. Até a data de emissão das demonstrações, não havia sido prolatada a sentença.

Em relação às contribuições paritárias, a diferença observada (R\$ 11,1 milhões em set/2024, ante R\$ 1,9 milhão em dez/2023) ocorreu pelo pagamento das contribuições de dezembro/2023 antes do encerramento do exercício, justificando a variação observada.

## 18.2 Assistência à saúde

É oferecida pelo SERPRO aos empregados e seus respectivos dependentes, por meio do Plano de Assistência à Saúde PAS/SERPRO. Instituído em 1975, o PAS/Serpro é um plano de saúde exclusivo para os empregados. Tem abrangência nacional e atua na modalidade de autogestão, com atividades executadas por prestadores diretamente credenciados e por meio de convênio de reciprocidade de rede com outra operadora.

## 18.3 Auxílio-alimentação

Concedido mensalmente aos empregados e aos dirigentes na modalidade de cartão eletrônico.

Descrição	Características
PLUXEE (sodexo)	Empregados: R\$ 1.180,80 fixado em Acordo Coletivo de Trabalho-ACT 2023/2024 Dirigentes: R\$ 997,64, conforme autorização emitida pela Secretaria de Coordenação e Governança das empresas Estatais-SEST

## 18.4 Plano odontológico

Benefício oferecido aos empregados e ex-empregados, a seus dependentes e agregados, por meio do Plano Odontológico INPAO Dental, mediante adesão voluntária.

## 19. Participação nos lucros ou resultados

Estes pagamentos seguem os critérios definidos nos programas de Participação nos Lucros ou Resultados dos empregados (PLR) 2023 e Remuneração Variável de Administradores (RVA) 2023. A participação dos administradores foi elaborada em atendimento ao disposto no Decreto 8.945/2016. Até abril/2024 havia o saldo de R\$ 28,6 mi referente a valores a pagar da participação de empregados (R\$ 27,8 milhões) e dos administradores nos lucros (R\$ 0,8 milhão), os quais foram quitados quase integralmente no referido mês.

## 20. Dividendos e juros sobre capital próprio

Em março de 2024 foram recolhidos para a União os valores referentes aos dividendos mínimos relacionados ao encerramento do exercício de 2023, no montante de R\$ 107,1 milhões. Estes valores sofreram correção pela SELIC até a data do seu pagamento, cujo valor atualizado foi de R\$ 109,4 milhões.

Em 9 abril de 2024, posteriormente ao período encerrado e antes da data de autorização para emissão das demonstrações, ocorreu o pagamento de dividendos adicionais a pedido do acionista, no importe de R\$ 149,9 milhões (atualizado até a data do pagamento, o valor foi de R\$ 154,2 milhões). Dessa forma, a distribuição do dividendo do exercício de 2023 atingiu 60% do lucro líquido ajustado.

O saldo de R\$ 112,4 milhões representa a constituição dos juros sobre capital próprio – JSCP no período de janeiro a setembro de 2024.

## 21. Outras obrigações

Neste grupo estão registradas, basicamente, as contas de adiantamento de clientes e de processo trabalhista a pagar, decorrente de acordos judiciais.

## 22. Obrigações tributárias

Descrição	Set/2024	Dez/2023
PASEP/COFINS a recolher	428	507
ISS renegociado	57.881	53.557
IPTU a Recolher	8.809	6.918
<b>Total</b>	<b>67.118</b>	<b>60.982</b>

Do saldo apresentado, destaca-se o ISS renegociado, no importe de R\$ 57,8 milhões, referente ao parcelamento do referido imposto junto aos fiscos municipais.

### 22.1 ISS renegociado

São os parcelamentos de débitos atualizados junto à Prefeitura de São Paulo, com pagamento suspenso em decorrência da ação de imunidade tributária, ajuizada em 2019.

### 22.2 IPTU a recolher

Refere-se aos impostos com pagamento suspenso em decorrência das ações de imunidade tributária junto às prefeituras, com decisões provisórias.

## 23. Provisões trabalhistas, cíveis, administrativas e fiscais

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Provisões Judiciais	350.922	397.095
Provisões trabalhistas, fiscais e cíveis	309.575	390.459
Provisões Cíveis	41.023	6.620
Provisões Fiscais	324	16
Provisões administrativas	754.168	698.149
<b>Saldo</b>	<b>1.105.090</b>	<b>1.095.244</b>

### 23.1 Provisões administrativas

Os tributos de natureza indireta incluídos nos preços dos serviços prestados a órgãos e entidades da Administração Pública, e não recolhidos em virtude da aplicação de imunidade tributária, são registrados em provisões administrativas no passivo não circulante para ressarcimento aos clientes. Estão classificadas no não circulante dada a incerteza quanto ao prazo de realização. Em caso de negociação com os clientes, os valores são realizados ou transferidos para o circulante, conforme prazos acordados. São registrados os valores relativos aos maiores clientes públicos cujos contratos não tenham sido repectuados. Os demais valores de clientes são reconhecidos à medida que são cobrados.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Provisões ISS imunidade	350.635	321.844
Provisões COFINS imunidade	331.300	309.180
Provisões PIS/PASEP imunidade	71.935	67.125
Provisões ICMS imunidade	298	-
<b>Total</b>	<b>754.168</b>	<b>698.149</b>

O acréscimo de R\$ 56 milhões entre os períodos de dez/2023 e Set/2024, refere-se à atualização dos saldos (R\$ 94,4 milhões) sobre os faturamentos, e à reversão de R\$ 38,3 milhões de ressarcimento efetuado no período. Permanecem no passivo administrativo os valores dos contratos efetivados com os maiores clientes públicos, uma vez que a negociação para liquidação é uma iniciativa do Serpro. Os valores de menor representatividade dos contratos firmados com os demais clientes públicos, ou ainda aqueles que não possuem mais relacionamento comercial com a empresa, serão reconhecidos à medida em que esses clientes efetuem a cobrança de valores junto ao Serpro.

## 23.2 Provisões Judiciais - trabalhistas, cíveis e fiscais

Consideram os processos judiciais classificados como estratégicos e não estratégicos e que atendem aos requisitos de provisão estabelecidos pelo CPC 25. Os processos classificados como estratégicos são aqueles que possuem risco de sucumbência com desembolso acima de R\$ 1,2 milhão na data da provisão e os processos classificados como não estratégicos são aqueles cujos valores de risco são inferiores a R\$ 1,2 milhão.

Os processos estratégicos e os não estratégicos podem ser considerados com risco de perda provável ou possível. Os processos estratégicos provisionados, considerados com risco de perda provável, possuem estimativa confiável de seu valor e obrigação presente, independentemente da fase processual.

Os riscos dos processos estratégicos são atribuídos pelo advogado. Seu reconhecimento é realizado pela contabilidade, e a mensuração é responsabilidade do perito assistente com base nas decisões proferidas no processo, observando o cálculo homologado, o cálculo incontroverso e o cálculo do SERPRO com base nos pedidos do reclamante, respectivamente. Os processos não estratégicos, considerados como risco de perda provável, são provisionados por meio da aplicação da metodologia do tíquete médio de pagamentos (por tipo de pedido principal) dos processos arquivados nos últimos 5 anos, multiplicado pela quantidade dos processos ativos no período em análise. Quanto aos riscos de perdas possíveis, os processos não impactam o valor da provisão reconhecido no balanço, entretanto, são constantemente monitorados e divulgados em Nota Explicativa.

### 23.2.1. Movimentação dos processos: Cível, Trabalhista e Fiscais

Descrição	Cível/Fiscal	Trabalhista	Total
Saldo da provisão 31/12/2023	6.636	390.459	397.095
Processos que entraram na provisão	30.572	3.258	33.830
Processos que saíram da provisão	(991)	(7.257)	(8.248)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	61	11.617	11.678
Redução nos processos anteriormente provisionados	(39)	(93.831)	(93.870)
Saldo da provisão 31/03/2024	36.239	304.246	340.485
Processos que entraram na provisão	2.637	4.343	6.980
Processos que saíram da provisão	0	(13.900)	(13.900)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	430	7.172	7.602
Redução nos processos anteriormente provisionados	1.927	(15.039)	(13.112)

Saldo da provisão 30/06/2024	41.232	286.823	328.055
Processos que entraram na provisão	0	16.357	16.357
Processos que saíram da provisão	0	(5.011)	(5.011)
Majoração nos processos anteriormente provisionados	1.882	15.469	17.351
Redução nos processos anteriormente provisionados	(1.766)	(4.063)	(5.829)
<b>Saldo em 30/09/2024</b>	<b>41.347</b>	<b>309.575</b>	<b>350.922</b>

A movimentação dos processos impactou negativamente no resultado em R\$22,9 milhões no 3º trimestre de 2024, quando comparado o 2º trimestre de 2024, **principalmente, em função do ingresso de processos plúrimos e atualização monetária de processos cíveis e trabalhistas**. Vale salientar que a maioria quantitativa dos processos na empresa é de natureza trabalhista e representa mais de 88% do passivo provisionado.

A administração entende que as provisões constituídas para fazer frente aos processos trabalhistas e cíveis são suficientes para representar os riscos de eventuais decisões judiciais desfavoráveis. Os valores referentes aos processos fiscais foram somados aos cíveis por serem valores imateriais.

### 23.2.2. Expectativa de reembolso

O SERPRO espera que parte do passivo seja reembolsada. Dessa forma, e seguindo o CPC 25 (item 53), foi contabilizado um ativo relativo às ações movidas por empregados cedidos, considerando o direito ao ressarcimento dos valores desembolsados. Como o fundamento do reembolso é legal e a Administração Pública (de quem se espera o reembolso) é adstrita ao princípio da legalidade, julga-se que o reembolso é devido e provavelmente certo.

Tipo de ação	Set/2024	Dez/2023
Sem expectativa de reembolso	231.437	272.911
Com expectativa de reembolso	119.485	124.184
<b>Saldo da provisão</b>	<b>350.922</b>	<b>397.095</b>

Existe um trabalho contínuo para redução do passivo judicial através da celebração de acordos judiciais. Os esforços para celebração de composições amigáveis reduziram sensivelmente o passivo de alguns dos processos de maior valor.

### 23.2.3. Processos de riscos de perda possíveis

Foram verificados como possíveis processos cíveis, trabalhistas e tributário, estratégicos e não estratégicos.

Do total de processos classificados como possível, o que monta um valor total de R\$ 201,6 milhões, R\$ 154,5 milhões correspondem processos de natureza trabalhista, sendo 77% do saldo total. Já os processos cíveis, correspondem a 97,3% em relação à quantidade de processos classificados como possíveis.

Risco Processual Possível	Set/2024		Dez/2023	
	Qte.	Valor	Qte.	Valor
Processos Cíveis	360	22.589	222	58.900
Processos Trabalhistas	9	154.490	9	143.477
Processos Tributários	1	24.499	3	22.228
<b>Total</b>	<b>370</b>	<b>201.578</b>	<b>234</b>	<b>224.605</b>

Vale destacar que a administração realiza monitoramento contínuo dos processos, de modo que a avaliação dos riscos de desembolso, a necessidade de reconhecer como provisão e a realização de estimativa confiável sejam analisadas e revistas periodicamente.

#### 23.2.4. Declaração da Administração quanto ao reconhecimento e divulgação de provisões judiciais

A apropriação das provisões judiciais cumpre norma contábil e não representa o reconhecimento da empresa da perda destes processos, visto que ainda estão em andamento.

## 24. Benefício a empregados - Pós-emprego

O SERPRO disponibiliza aos seus empregados benefícios de previdência complementar, assistência à saúde, auxílio-alimentação e plano odontológico. Os programas previdenciários e de assistência à saúde oferecidos aos empregados inativos são classificados pelo CPC 33 como benefícios pós-emprego, por serem devidos ao empregado após o término da sua fase laborativa. Visto que o SERPRO adota as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aderentes ao *International Accounting Standards Board (IASB)*, ao fim do encerramento de cada exercício é realizada avaliação, registro e divulgação das obrigações de longo prazo com benefícios de pós-emprego. Considera-se a apuração dos valores de passivo esperados para a contabilização das provisões.

O valor do passivo no início do exercício reflete o cálculo da avaliação atuarial anual realizada sobre os dados de 2023. A variação observada até o 3T24 representa o reconhecimento da parcela relativa ao período da despesa atuarial, também calculada por ocasião da avaliação atuarial, que indicou despesas de R\$ 45,9 milhões para o Plano PS-I, a título de custo dos juros sobre as obrigações atuariais, líquido das contribuições esperadas de participantes e da rentabilidade estimadas sobre os ativos financeiros e, para o PAS/SERPRO, a estimativa de custo do serviço corrente, somada ao custo dos juros sobre as obrigações atuariais, totaliza R\$ 21,9 milhões ao longo de 2024.

Descrição	Set/2024	Dez/2023
Programas Previdenciários	532.872	518.246
Plano de Assistência à Saúde	184.490	167.387
<b>Total</b>	<b>717.362</b>	<b>685.633</b>

## 25. Patrimônio líquido

### 25.1 Capital social

O capital social do SERPRO manteve-se em R\$ 1.786,2 (um bilhão, setecentos e oitenta e seis milhões).

### 25.2 Reservas

#### 25.2.1 Reservas de Reavaliação

	Edifícios	Terrenos	Tributos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2023	64.509	43.035	(14.618)	92.926
Reversão de alienação	-	-	-	-
Realização de reserva por depreciação	(1.008)	-	-	(1.008)
Atualização Imposto de Diferido	-	-	(709)	(709)
Saldo em 30 setembro de 2024	63.501	43.035	(15.327)	91.209

Constituída com base em laudo de reavaliação, efetuado em 2005, esta reserva possui o saldo de R\$ 91,2 milhões, líquidas dos tributos. De acordo com o disposto no art. 6º da Lei nº 11.638/2007, o saldo existente será mantido até sua efetiva realização.

## 25.2.2 Reservas de Lucros

Representa o saldo da Reserva Legal e Reserva de Retenção de Lucros para expansão.

### 25.2.2.1 Reserva Legal

Constituída anualmente a 5% do lucro líquido do exercício, com saldo atual de R\$ 128,5 milhões.

### 25.2.2.2 Reserva Retenção de Lucros

O saldo de R\$ 321,6 milhões constituído no encerramento de 2023 foi reduzido em R\$ 149,9 milhões, direcionados para o pagamento dos dividendos. Com isso, o saldo da reserva passou para R\$ 171,8 milhões, a partir de abril de 2024.

## 25.2.3 Outros resultados abrangentes

Em Outros Resultados Abrangentes estão registrados ganhos e perdas com o valor justo dos instrumentos financeiros, e, principalmente, da remensuração do passivo atuarial com o Plano PS-I e com o Plano de Saúde - PAS/SERPRO, líquidos dos tributos diferidos. A ligeira variação (de R\$ 393,0 em dez/23 para R\$ 389,1 em set/24) refere-se ao movimento dos tributos diferidos dos dois elementos citados anteriormente.

## 26. Resultado do exercício

Descrição	Set/2024	Set/2023
Receita Bruta	3.190.956	2.721.845
(-) Deduções	(382.748)	(440.946)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.808.208</b>	<b>2.280.899</b>
Custo dos serviços prestados	(1.539.367)	(1.415.447)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.268.841</b>	<b>865.452</b>
Despesas operacionais	(878.922)	(749.342)
Resultado financeiro	139.226	157.511
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>	<b>529.145</b>	<b>273.621</b>
Tributos sobre o lucro	(102.829)	(98.664)
<b>Lucro/Prejuízo líquido do exercício</b>	<b>426.316</b>	<b>174.957</b>

### 26.1 Receita bruta

Nos termos do CPC 47, o SERPRO adota o critério de reconhecimento da receita ao longo do tempo. A receita é apropriada à medida que o serviço é prestado. Dessa forma, são contabilizadas, além das receitas efetivamente faturadas, as receitas a faturar na mesma competência. Utilizam-se estimativas e premissas que refletem o tamanho e a composição da carteira de clientes. Assim, contabiliza-se mensalmente a receita a faturar em valor estimado, com base na média observada nos 90 dias que antecedem o período considerado.

### 26.1.1 Composição da receita bruta por obrigação de desempenho

Descrição (obrigação de desempenho)	Set/2024	Set/2023
Hospedagem de Aplicações	1.987.108	1.704.412
Desenvolvimento e Manutenção de Software	169.413	152.480
Atendimento a Ambientes de Rede Local	103.407	83.304
Gestão de Margem Consignável	82.729	69.521
Emplaca - Sistema Nacional de Emplacamento	81.754	79.313
Datavalid	63.041	61.858
Consulta Online Senatran	62.226	55.819
Consulta CPF	58.327	39.973
Radar - Sistema de Gestão de Infrações de Trânsito	56.122	23.102
Serpro MultiCloud	50.057	21.235
Demais Obrigações de Desempenho	476.772	430.828
<b>Total</b>	<b>3.190.956</b>	<b>2.721.845</b>

### 26.1.2 Composição da receita bruta dos maiores clientes

Cliente	Set/2024	Set/2023
SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.255.021	1.052.741
MGI - Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos	440.754	318.024
Diretoria Adm.Logística	124.992	134.451
PGFN - Procuradoria Geral da Fazenda Nacional	124.845	111.370
STN - Secretaria do Tesouro Nacional	120.319	115.271
Ministério dos Transportes	60.262	138.823
Secretaria de Gestão e Ensino em Seg Pública	44.581	48.928
Demais Clientes Públicos	460.253	306.616
Total - Clientes Públicos	2.631.027	2.226.224
Total Clientes privados	559.929	495.620
<b>Receita Total</b>	<b>3.190.956</b>	<b>2.721.845</b>

A Receita Bruta obtida ao final do 3T24 foi de R\$ 3.191,0 milhões, 17,24% (R\$469,1 milhões) superior ao obtido no mesmo período do exercício anterior (R\$ 2.721,8 milhões). O destaque do crescimento foram os clientes mais representativos da lista, Receita Federal do Brasil e Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, que ampliaram em R\$202,3 milhões e R\$ 122,7 milhões, respectivamente, quando comparado ao mesmo período do exercício anterior.

## 26.2 Receita Líquida

A receita líquida apresentou um acréscimo de R\$527,3 milhões quando comparada ao mesmo período do exercício anterior, acompanhando a variação da Receita Bruta.

Descrição	Set/2024	Set/2023
Receita bruta	3.190.956	2.721.845
<b>Deduções da Receita</b>	<b>(382.748)</b>	<b>(440.946)</b>
(-) ISS	(42.914)	(60.000)
(-) PIS / PASEP	(30.525)	(38.190)
(-) COFINS	(140.702)	(175.984)
(-) ICMS	(10)	0
(-) INSS patronal	(132.930)	(119.067)
(-) Descontos concedidos	(2.848)	(10.049)
(-) Vendas canceladas	(32.819)	(37.656)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.808.208</b>	<b>2.280.899</b>

Ressalta-se que a variação observada em “Descontos Concedidos” se refere à reclassificação de saldo das medidas compensatórias, que passou a ser classificada como Custo do Serviço Prestado, nos termos descritos na Nota 2.8.1.

## 26.3 Custos e despesas totais

### 26.3.1 Composição dos custos dos serviços prestados

Descrição	Set/2024	Set/2023
Custos de Pessoal	(996.521)	(902.788)
Depreciação/Amortização	(127.615)	(105.538)
Locação	(101.942)	(92.218)
Manutenção	(96.182)	(124.243)
Comunicação	(10.606)	(11.809)
Serviços Profissionais	(33.537)	(33.027)
Serviços Públicos	(15.660)	(11.978)
Operações Tributárias*	(2.184)	5.549
Materiais	(1.305)	(1.791)
Exploração de Serviços	(145.089)	(117.210)
Outros custos	(8.726)	(20.394)
<b>Totais</b>	<b>(1.539.367)</b>	<b>(1.415.447)</b>

\*Operações Tributárias publicadas em Set/2023 é o somatório de despesas e créditos tributários.

### 26.3.2. Despesas com vendas, gerais e administrativas e outras despesas por natureza

Descrição	Despesas com Vendas		Despesas Gerais e Administrativas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Set/2024	Set/2023	Set/2024	Set/2023	Set/2024	Set/2023
Despesas de Pessoal	(167.361)	(137.971)	(418.402)	(406.516)	0	0
Depreciação/Amortização	(1.080)	(1.001)	(25.550)	(33.259)	0	0
Locação	(586)	(55)	(3.453)	(427)	0	0
Manutenção	(4.958)	(3.764)	(10.014)	(10.962)	0	0

Descrição	Despesas com Vendas		Despesas Gerais e Administrativas		Outras despesas e receitas operacionais	
	Set/2024	Set/2023	Set/2024	Set/2023	Set/2024	Set/2023
Comunicação	(106)	(100)	(739)	(1.189)	0	0
Serviços Profissionais	(6.140)	(5.166)	(34.676)	(17.926)	0	0
Serviços Públicos	(2.573)	(1.680)	(2.488)	(4.347)	0	0
Créditos a Receber	(146.702)	(34.084)	0	0	0	0
Operações Tributárias	(233)	(212)	(4.988)	(9.141)	0	0
Materiais	(68)	(28)	(184)	(527)	0	0
Resultado com ações judiciais	0	0	(10.741)	(68.420)	0	0
Outras despesas	(11.889)	(2.251)	(4.467)	(7.805)	(21.524)	(2.510)
<b>Totais</b>	<b>(341.696)</b>	<b>(186.312)</b>	<b>(515.702)</b>	<b>(560.519)</b>	<b>(21.524)</b>	<b>(2.510)</b>

### 26.3.3 Gasto total

O quadro abaixo apresenta os custos dos serviços prestados (nota 26.3.1) somados às despesas operacionais (nota 26.3.2), apresentado de forma comparativa.

Descrição	Set/2024	Set/2023
Gastos com Pessoal	(1.582.284)	(1.447.275)
Depreciação/Amortização	(154.245)	(139.798)
Locação	(105.981)	(92.700)
Manutenção	(111.154)	(138.969)
Comunicação	(11.451)	(13.098)
Serviços Profissionais	(74.353)	(56.119)
Serviços Públicos	(20.721)	(18.005)
Créditos a Receber	(146.702)	(34.084)
Operações Tributárias*	(7.405)	(3.804)
Materiais	(1.557)	(2.346)
Resultado com ações judiciais	(10.741)	(68.420)
Exploração de Serviços	(145.089)	(117.210)
Outros	(46.606)	(32.960)
<b>Totais</b>	<b>(2.418.289)</b>	<b>(2.168.592)</b>

\*Operações Tributárias publicadas em Set/2023 é o somatório de despesas (R\$ 10.889) e créditos tributários (R\$ 7.085)

A estrutura de gastos do SERPRO de R\$ 2.418,3 milhões foi composta de 63,7% (R\$1.539,4 milhões) de custos e 36,3% (R\$ 878,9 milhões) de despesas. Houve ampliação de R\$ 253,5 milhões do gasto total (11,71%), na base comparativa, frente ao mesmo período do ano anterior.

Das despesas apresentadas no quadro anterior, destaca-se:

**Gastos com pessoal:** Crescimento derivado de: (i) absorção de 700 novos empregados; (ii) eventos funcionais, como promoções, anuênio, recomposição de classe; (iii) aplicação de ganho real de 1% no ACT - 2023/2024; (iv) aumento na contribuição ao Serpros devido ao aumento da contribuição dos empregados (ACT, eventos funcionais e novas contratações); e (v) Gastos relacionados ao Plano de Saúde (PAS/SERPRO)

**Exploração de Serviços:** Acréscimo de 23,87%, equivalente a R\$27,9 milhões, em comparação ao 3T23, devido à maior utilização da base de dados de clientes para prestação de serviços, junto ao mercado privado (mercado que se destacou pela ampliação de novos clientes no trimestre analisado). A utilização da base de dados ocorre com os clientes: Ministério dos Transportes, Ministério do Planejamento e Secretaria da Receita Federal do Brasil.

**Ações Judiciais:** Quando comparado ao 3T23, a queda de R\$57,7 milhões está baseada, principalmente, na reversão de provisões trabalhistas na ordem de R\$94,5 milhões, sendo suavizada pelo provisionamento para riscos cíveis de R\$34,4 milhões. A maior reversão, ocorrida no 1T24, decorre de decisão favorável em processo de reintegração movido por empregados, e é fruto das ações empreendidas pela Diretoria Jurídica com o intuito de mitigar o risco de sucumbência.

**Resultado com Créditos a Receber:** Crescimento de R\$ 112,6 milhões, em comparação com o mesmo período do exercício anterior, devido, principalmente, ao aumento da perda estimada de créditos de liquidação duvidosa em R\$107,3 milhões, derivada do crescimento da inadimplência corrente dos clientes OGU.

## 26.4 Resultado Financeiro

Receitas Financeiras	Set/2024	Set/2023
Juros sobre aplicações financeiras	(110.063)	(139.472)
Atualização sobre créditos tributários	(8.414)	(12.338)
Multas e juros de clientes	(16.208)	(8.140)
Atualização de depósitos judiciais (alvarás)	(12.619)	(16.346)
Atualização de créditos junto à EFPC	(6.047)	-
Outras receitas financeiras	(5.132)	(3.274)
<b>Total das Receitas Financeiras</b>	<b>(158.483)</b>	<b>(179.570)</b>

Despesas Financeiras	Set/2024	Set/2023
Atualização de dividendos	6.658	12.921
Juros e atualizações monetárias (PAT-SP)	8.533	5.732
Variações cambiais	1.155	1.807
Descontos concedidos a clientes	1.625	932
Outras despesas financeiras	1.286	667
<b>Total das Despesas Financeiras</b>	<b>19.257</b>	<b>22.059</b>

A variação da receita financeira decorreu, principalmente, da redução dos juros sobre as aplicações financeiras, em razão do uso dos recursos para cobrir as necessidades de caixa do período.

## 26.5 Tributos sobre o lucro

O SERPRO apura o IRPJ e a CSLL pelo regime de tributação do Lucro Real, na modalidade anual.

No exercício de 2019, amparado em decisão na Ação Cível Originária-2.658/DF transitada em julgado e nos Pareceres Técnicos de sua assessoria jurídica, aplicou-se a imunidade tributária recíproca ao IRPJ, excluindo do Lucro Real o resultado atribuído aos serviços prestados aos órgãos e às entidades públicas, mantendo a tributação sobre o resultado da parcela não imune (serviços prestados a entidades privadas). Por inexistir regra específica para as empresas públicas,

quanto à escrituração das obrigações acessórias para apuração dos resultados imune e não imune, a segregação dos lucros oriundos do poder público daqueles provenientes das entidades de direito privado foi proporcional à receita líquida faturada.

### 26.5.1 Imposto de Renda – IRPJ e Contribuição Social – CSLL

Descrição	Set/2024	Dez/2023
IRPJ e CSLL correntes	(152.592)	(90.969)
IRPJ e CSLL diferidas	49.763	(7.695)
<b>Total</b>	<b>(102.829)</b>	<b>(98.664)</b>

### 26.5.2 Conciliação da despesa com IRPJ e CSLL

Descrição	Set/2024	Set/2023
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	529.145	273.621
(a) Tributos sobre o lucro (34%)	(179.909)	(93.031)
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>27.317</b>	<b>2.062</b>
Exclusão de lucro atribuído ao setor público	86.539	42.624
Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	<b>(91.772)</b>	<b>(15.039)</b>
Juros sobre capital próprio	38.226	31.068
Compensação de Prejuízo fiscal	-	21.686
Outras adições e exclusões	(6.485)	(79.257)
Incentivos Fiscais – PAT e Licença Maternidade	809	980
<b>(c) Total dos Tributos Correntes (a) + (b)</b>	<b>(152.592)</b>	<b>(90.969)</b>
Reversão Tributos s/ Prejuízo Fiscal	-	(21.686)
Constituição/Reversão de tributos diferidos s/ diferenças temporárias	49.763	13.991
<b>(d) Total dos Tributos Diferidos</b>	<b>49.763</b>	<b>(7.695)</b>
<b>(e) Total dos Tributos Correntes e Diferidos (c) + (d)</b>	<b>(102.829)</b>	<b>(98.664)</b>
Alíquota efetiva (Total / Lucro)	-19,43%	-36,06%

A redução da alíquota efetiva de dez/2023 para set/2024 decorre, principalmente, dos reflexos nas diferenças temporárias ajustadas, detalhadas no quadro a seguir:

Adições e Exclusões s/ diferenças temporárias	Set/2024	Set/2023
Provisão Ativa Receita a Faturar	62.786	(12.242)
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	(41.473)	17.165
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	134.205	(189.427)
Passivo atuarial	31.729	38.621
Provisões sobre imunidade tributárias	57.911	134.088
Demais provisões passivas	24.760	56.030
<b>Total</b>	<b>269.918</b>	<b>44.235</b>
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões temporárias	91.772	15.040

### 26.5.3 Apuração do lucro atribuído ao setor público, com exclusão do IRPJ

Descrição	Set/2024	%	Set/2023	%
Receita Operacional Líquida	2.808.208		2.280.899	
(+/-) Receita operacional líquida a faturar	62.786		(12.242)	
<b>Receita Operacional Líquida a distribuir</b>	<b>2.870.994</b>		<b>2.268.657</b>	
Receita líquida atribuída ao setor público	2.252.439	78,4550	1.814.168	79,9666
Receita líquida atribuída ao setor privado	618.555	21,5450	454.489	20,0334

Descrição	Set/2024	%	Set/2023	%
Lucro Líquido antes dos tributos sobre o lucro	529.145		273.621	
<b>Adições/Exclusões</b>	<b>(87.928)</b>		<b>(60.414)</b>	
Tributos com exigibilidade suspensa	35.297		51.197	
Realização de Reserva de Reavaliação	1.008		(45)	
Ajuste art 58 da Lei nº 12973/14	129		143	
Outras Despesas e Receita art 187 Lei nº 6404/76	21.308		2.456	
Receita Financeira que excede a despesa financeira	(145.670)		(114.165)	
<b>Lucro Líquido ajustado a atribuir</b>	<b>441.217</b>		<b>213.207</b>	
Lucro atribuído ao Setor Público Imune de IRPJ	346.157	78,4550	170.494	79,9666
Lucro atribuído ao Setor Privado	95.060	21,5450	42.713	20,0334
<b>IR s/ Lucro atribuído ao Setor Público</b>	<b>86.539</b>		<b>42.624</b>	

Trata-se de detalhamento da apuração do lucro na prestação de serviço atribuído ao setor público imune de IRPJ (R\$ 346,1 milhões), que corresponde à exclusão de R\$ 86,5 milhões do IRPJ corrente no terceiro trimestre de 2024.

### 26.5.4 Movimentação de saldos dos ativos e passivos fiscais diferidos

Descrição	Dez/2023	DRE	PL	Set/2024
<b>(a) Passivo fiscal diferido – Circulante</b>	<b>(20.096)</b>	<b>20.096</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	(19.952)	19.952		0
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(144)	144		0
<b>(b) Ativo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>315.869</b>	<b>44.547</b>	<b>3.604</b>	<b>364.020</b>
Provisões de processos trabalhistas, fiscais e cíveis	53.972	(3.487)		50.485
Passivo atuarial	93.192	6.405	3.604	103.201
Provisões sobre imunidade tributárias	97.846	14.670		112.516
Provisão sobre créditos de liquidação duvidosa	28.414	20.967		49.381
Provisões trabalhistas	22.357	10.058		32.415
Medidas compensatórias	17.071	(4.208)		12.863
Outras provisões	3.017	142		3.159
<b>(c) Passivo fiscal diferido – Não Circulante</b>	<b>(47.000)</b>	<b>(14.880)</b>	<b>0</b>	<b>(61.880)</b>
Provisão Ativa – Receita a Faturar (CPC 47)	0	(12.085)		(12.085)

Descrição	Dez/2023	DRE	PL	Set/2024
Provisões de processos trabalhistas – PSE	(16.879)	(310)		(17.189)
Reserva de Reavaliação de Bens Imóveis	(14.618)	(709)		(15.327)
Provisão ativa – Fundos de Pensão	(15.503)	(1.776)		(17.279)
<b>(d) Créditos Fiscais Diferidos Não Circulante (b) + (c)</b>	<b>268.869</b>	<b>29.667</b>	<b>3.604</b>	<b>302.140</b>
<b>(e) Total: Créditos Fiscais Diferidos (a) + (d)</b>	<b>248.773</b>	<b>49.763</b>	<b>3.604</b>	<b>302.140</b>

Os tributos diferidos foram reconhecidos com a aplicação das alíquotas nominais da contribuição social (9%) e do imposto de renda (25%) sobre as diferenças tributárias temporárias dedutíveis e tributáveis, conforme CPC 32 – Tributos sobre o Lucro. O saldo líquido de R\$ 302,1 milhões resulta da diferença entre o ativo fiscal diferido (R\$ 364,0 milhões) e o passivo fiscal diferido (R\$ 61,9 milhões). O crédito relativo às provisões sobre imunidade tributárias foi constituído sobre o ISS, PASEP/COFINS a devolver aos clientes e IPTU a recolher registrados no passivo não circulante, e sua reversão ocorrerá na liquidação dessas provisões.

O IRPJ diferido passou, a partir de dezembro de 2021, a ser constituído sobre a base fiscal das diferenças temporárias (provisões ativas e passivas) excluída da parcela proporcional ao setor público, mantendo equivalência com o tributo corrente provisionado.

### 26.5.5 Reflexo da aplicação da imunidade tributária no IRPJ

Na apuração dos tributos correntes, a imunidade teve os seguintes impactos:

Descrição	Com Imunidade	Sem Imunidade	Efeito
Lucro (prejuízo) antes dos tributos sobre o lucro	529.145	529.145	0
<b>(a) Tributos sobre o lucro (34%)</b>	<b>(179.909)</b>	<b>(179.909)</b>	-
<b>(b) Ajustes que afetaram o cálculo dos tributos:</b>	<b>27.317</b>	<b>(59.222)</b>	<b>86.539</b>
Incentivos fiscais	809	809	-
Demais adições e exclusões (afetaram o cálculo tributário)	(60.031)	(60.031)	-
Exclusão do lucro atribuído ao setor público	86.539	-	86.539
Compensação de Prejuízo Fiscal	-	-	-
<b>(c) Despesa de IRPJ e CSLL correntes (a) + (b)</b>	<b>(152.592)</b>	<b>(239.131)</b>	<b>86.539</b>

Sem a aplicação da Imunidade tributária, a despesa aumentaria em R\$ 86,5 milhões, considerando o acréscimo do lucro atribuído ao setor público.

Nos termos do ICPC 22 - Incerteza sobre o tratamento de tributos sobre o lucro, sobre como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 -Tributos sobre o lucro, a empresa avaliou os requisitos da norma e não identificou impacto quanto à contabilização de passivos, visto que os procedimentos aplicados na apuração e recolhimento de tributos sobre o lucro seguem a legislação e decisões de tribunais administrativos e judiciais.

## 27. Partes relacionadas

Conforme política específica sobre o tema, Partes Relacionadas são as pessoas ou entidades que estejam relacionadas com o pessoal-chave da administração do Serpro, sendo consideradas: (i) a União, as empresas estatais e as pessoas físicas e jurídicas que possuem influência significativa; (ii) ex pessoal-chave da administração, inativo ou aposentado do

Serpro, desde que tenham comprovada influência significativa; (iii) qualquer pessoa física ou jurídica que tenha controle ou poder de voto sobre o Serpro, individual ou em conjunto, direta ou indiretamente, caracterizando influência significativa; (iv) pessoal-chave da administração do Serpro – Fundo Multipatrocinado que esteja incumbido de manter plano de benefício pós-emprego dos empregados do Serpro; e (v) membros da família ou próximos da família da pessoa em condição de Parte Relacionada. Considera-se União para fins de transação com partes relacionadas os órgãos do Poder Executivo, seja da Administração Federal Direta ou Indireta.

## 27.1 Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC

A EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado é considerada parte relacionada do SERPRO, nos termos que definem a NBC TG 05, tendo em vista que os Conselhos Deliberativo e Fiscal da entidade são formados, paritariamente, por conselheiros indicados pela Patrocinadora SERPRO e por conselheiros eleitos pelos participantes e assistidos.

### 27.1.1 Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado – Balanço (set/2024)

Operação	AC	ANC	PC	PNC
Letras Tesouro Santa Catarina		120.106		
Retenções e repasses			9.134	
Contribuições Paritárias			11.140	
Ações de Cobrança			13.344	
Benefícios Pós-Emprego				532.872
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>120.106</b>	<b>33.618</b>	<b>532.872</b>

### 27.1.2 – Transações com EFPC SERPROS Fundo Multipatrocinado - DRE

Operação	(Despesas) / Receitas
Contribuições à EFPC	(103.453)
Provisões Matemáticas	(34.460)
Reversão de Provisões Matemáticas (benefícios pagos)	19.834
Incorporação de Créditos - EFPC	229
Atualização Monetária – Letras Financeiras de Santa Catarina	6.047
<b>Total</b>	<b>(111.803)</b>

### 27.1.3 Composição dos Conselhos e Diretoria da Entidade

Descrição		Indicação	Eleição
Conselho Deliberativo (CDE)	Presidente	Paulo Mendonça Júnior	x
	Conselheiro	Kleber Pereira dos Santos	x
	Conselheiro	Felipe Porto Padilha	x
	Conselheiro	Luiz Antônio Martins	
	Conselheiro	Maurício Vasconcellos Saraiva	
Conselho Fiscal (COF)	Conselheiro	André Gianini	x
	Presidente	Mauro Roberto Simião	
	Conselheiro	Ana Maria Mallmann Costi	
	Conselheiro	Georges Leitão dos Santos	x
	Conselheiro	Fernanda Pereira da Rosa Gomes	x

			Participante/ Beneficiário	Eleição
Diretoria Executiva (DE)	Diretor-Presidente	Edilene dos Reis Rocha Araújo	x	
	Diretor Seguridade	Alexandre José Valadares Jordão	x	x
	Diretor Investimento	Leonardo Dias Baptista Gomes		

Conforme estabelecido no Estatuto Social, o Conselho Deliberativo da EFPC é composto de 6 (seis) membros, sendo 3 (três) indicados pela Patrocinadora SERPRO e os demais escolhidos pelos participantes e assistidos, por meio de eleição direta. O Conselho Fiscal, composto de 4 (quatro) membros, também apresenta composição paritária, sendo 2 (dois) indicados pela Patrocinadora e os demais eleitos. A Diretoria Executiva, órgão de administração geral da EFPC SERPROS, é composta por 3 (três) membros, sendo que pelo menos 2 (dois) participantes devem ser ou receber benefício da EFPC SERPROS.

## 27.2 Transações com a União

No Serpro, conforme política específica, as transações com partes relacionadas abrangem as operações com a União e com as demais empresas estatais.

### 27.2.1 – Operações de venda

O Serpro mantém contratos de prestação de serviços com entidades do Setor Público Federal, cujo faturamento até o 3º Trimestre de 2024 somou R\$ 2.669,5 milhões. A relação dos 10 maiores, que representam 92,4% do total, está apresentada a seguir, com destaque para a Secretaria da Receita Federal e para o Ministério de Gestão, Inovação e Serviços Públicos.

	Receita Bruta 3º Tri 2024	Valores em aberto ANO ATUAL	Valores em aberto ANOS ANT.	Valores em aberto TOTAL	CCAF
Secretaria da Receita Federal do Brasil	1.391.670	835.162	61.479	896.641	41.686
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	467.996	393.965	4.051	398.016	0
MF Procuradoria Geral Fazenda Nacional	138.764	43.715	22.576	66.291	20.334
Secretaria do Tesouro Nacional	138.695	28.140	0	28.140	0
Ministério dos Transportes	136.174	6.116	57	6.173	0
MF Diretoria de Adm. Log.	67.405	29.679	47.147	76.826	0
Ministério da Justiça e Segurança Pública	47.765	14.973	2.456	17.429	0
Caixa Econômica Federal	28.910	2.416	474	2.890	0
Dnit-Departamento Nacional de Infraest.	25.654	2.589	1.080	3.669	0
Instituto Brasileiro do Meio Ambiente	23.413	4.887	34	4.921	0
Demais Clientes	203.029	26.454	25.406	51.860	6.647
<b>Total</b>	<b>2.669.475</b>	<b>1.388.096</b>	<b>164.760</b>	<b>1.552.855</b>	<b>68.667</b>

Os valores em aberto, apresentados no quadro anterior, estão distribuídos conforme a seguir, separados pela idade dos créditos a receber:

Descrição	3º Tri 2024	%
Créditos a receber de clientes a vencer	472.247	30%
Vencidos até 30 dias	193.338	12%
		35

Descrição	3º Tri 2024	%
Vencidos de 31 a 60 dias	176.756	12%
Vencidos de 61 a 90 dias	131.108	8%
Vencidos de 91 a 180 dias	412.449	27%
Vencidos de 181 a 365 dias	12.604	1%
Vencidos mais de 365 dias	154.353	11%
<b>Total</b>	<b>1.552.855</b>	<b>100%</b>

Cabe salientar que o Serpro possui área de cobrança com a finalidade de recuperar os valores em atraso. Uma das iniciativas é a realização de tratativas junto à Câmara de Mediação e de Conciliação da Administração Pública Federal - CCAF, na estrutura da Advocacia-Geral da União, a fim de avançar nas negociações com os clientes. Atualmente constam R\$ 68,7 milhões em discussão na CCAF, enquanto o importe de R\$ 42,3 milhões está em fase de preparação da documentação para posterior envio àquela Câmara. Em ambas as situações, cuja soma é de R\$ 111,0 milhões, os títulos estão vencidos há mais de 365 dias.

Há ainda as Medidas Compensatórias, que são valores que o Serpro devolve a alguns clientes. Decorrem da exploração de serviços pelo Serpro, por meio da utilização da base de dados de propriedade dos clientes. Contabilmente estão registradas como custo dos serviços prestados. Os valores apurados até o 3º Tri estão apresentados a seguir:

	Medidas Compensatórias 3º Tri	Medidas Compensatórias [até 3º Tri]
Secretaria da Receita Federal do Brasil	8.130	23.735
Ministério Gestão Inovação Serv Públicos	9.244	27.303
Ministério dos Transportes	9.243	89.205
<b>Total</b>	<b>26.617</b>	<b>140.243</b>

### 27.2.2 – Operações Financeiras: Aplicações e Depósitos Judiciais

O Serpro mantém no Banco do Brasil (BB) e na Caixa Econômica Federal (CEF), duas instituições financeiras vinculadas à Administração Federal, o excedente de caixa (Nota 4) e os depósitos judiciais efetuados a pedido da justiça (Nota 10), cujos saldos consolidados constam nos quadros a seguir.

	Banco do Brasil (30/09)	Caixa Econômica Federal (30/09)
Saldo de Aplicações	761.652	560.159
Saldo de Depósitos Judiciais	195.320	232.842

Os saldos de aplicações, no encerramento do 3º Trimestre de 2024, somaram R\$1,3 bilhão, com rendimento bruto de R\$55,8 milhões no Banco do Brasil e R\$ 54,2 milhões na CEF. A aplicação dos saldos de caixa em fundos de investimentos extramercado administrados pela CEF ou BB se dá em conformidade com o Art. 3º do Decreto-Lei 1.290/1973, regulamentado por meio da Resolução nº 3.284/2005 do Banco Central do Brasil.

Os depósitos judiciais efetuados pelo Serpro, por determinação da justiça, são mantidos no Banco do Brasil e na Caixa Econômica Federal, cujo valor total é de R\$ 428,1 milhões, sendo R\$ 195,3 milhões no Banco do Brasil (46%) e R\$ 232,8 na Caixa Econômica Federal (54%).

### 27.2.3 – Ressarcimento de gastos com cessão de pessoas

O Serpro emite Notas de Ressarcimento (NR) para reaver gastos com a folha de pagamento de empregados que se encontram cedidos a órgãos da Administração Pública. Até o 3T24 foram emitidos R\$ 178,5 milhões em NRs, cujos 10 órgãos em maior volume financeiro (96,3% do total) encontram-se elencados a seguir:

	Ressarcimentos até 3º Tri 2024
Secretaria da Receita Federal do Brasil	110.525
Ministério da Fazenda	19.568
Advocacia-Geral da União	13.138
Min Gestão Inovação Serv Público - Fopag	12.901
Presidência da República	4.941
Coordenação-Geral de Gestão de Pessoas - MF	4.191
Ministério do Trabalho e Previdência	4.050
Ministério Público da União	1.110
Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazonia	804
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	725
Demais Clientes	6.549
<b>Total</b>	<b>178.502</b>

### 27.2.4 – Imunidade Tributária

A empresa mantém R\$ 753,9 milhões registrados no passivo, referentes aos benefícios da imunidade tributária sobre os tributos ISS e PIS-PASEP/COFINS incidentes sobre a receita bruta. Como a aplicação da imunidade incidiu sobre os clientes públicos e como é mantido no passivo o saldo dos clientes com maior representatividade (nota 23.1), o saldo total passivo se refere a partes relacionadas. Cumpre ressaltar que a Administração pretende realizar os valores por negociação específica com cada cliente, levando em consideração, sobretudo, os valores a receber junto a cada órgão, por meio de encontro de contas, haja vista os valores em aberto (nota 27.2.1).

## 28. Outras notas explicativas

Nos termos do que define a Resolução CGPAR/ME nº 30 de agosto de 2022, o SERPRO apresenta em suas notas explicativas, para fins de transparência, as informações que se seguem.

### 28.1 Remunerações

Os valores pagos no 3º trimestre de 2024 a título de remuneração de empregados, diretores e conselheiros de administração e fiscal, assim como comitês, constam nos detalhamentos a seguir.

#### 28.1.1 Valores pagos

Remuneração	3º Trimestre
Empregados	342.172
Diretores	631
Conselho de Administração	65
Conselho Fiscal	39
Comitê de Auditoria	49
<b>Valores pagos</b>	<b>342.956</b>

### 28.1.2 Remuneração média dos diretores, incluindo o Diretor-Presidente

A remuneração média dos diretores do SERPRO, no 3º trimestre, incluindo gratificações e benefícios, foi de R\$ 46.581,37. O valor computa, além das rubricas salariais, os valores com benefícios (alimentação, auxílio moradia, plano de saúde e previdência complementar), e não considera gratificação natalina ou de férias. A maior remuneração foi de R\$ 50.441,50 e a menor foi de R\$ 46.325,69, também considerando vantagens e benefícios, e excluindo os impactos da gratificação natalina e de férias. O honorário fixo, sem gratificações e benefícios, é de R\$ 44.722,08 para o Diretor Presidente e de R\$ 39.355,44 para os demais diretores. Para o cálculo da média, os períodos trabalhados parcialmente foram considerados na sua proporcionalidade.

### 28.1.3 Remuneração dos conselheiros fiscais, de administração e dos membros do Comitê de Auditoria

Os honorários mensais dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal são um décimo da remuneração da média mensal dos membros da Diretoria Executiva, no total de R\$ 4.346,56/mês para cada Conselheiro. Os honorários dos membros do Comitê de Auditoria são no valor de R\$ 5.443,90/mês para cada membro.

### 28.1.4 Remuneração dos empregados

As remunerações para o quadro de empregados sem função de chefia, varia de R\$ 2.130,97 a R\$ 56.099,89. A média salarial para esses cargos é de R\$ 13.946,02. Esta amplitude na maior remuneração refere-se à incorporação de horas extras, gratificações e adicional por tempo de serviço. Para os cargos com função de chefia, o intervalo de variação está compreendido entre R\$ 6.517,11 e R\$ 45.677,67 e a média de R\$ 22.845,27.

## 28.2 Empregados

Descrição	Set/2024
Número de empregados	7689
Quadro Interno	6201
Quadro Externo	1488

## 28.3 Benefícios

Descrição	3º Tri/2024
Auxílio Alimentação	24.725
Auxílio Creche	1.474

Auxílio Filhos Especiais	1.358
Previdência Complementar	25.966
Auxílio Transporte	130
<b>Soma Global</b>	<b>53.653</b>

## 29. Condições específicas do Serpro

Dadas as características especiais do SERPRO, sobretudo: (i) sua constituição por capital 100% público, tendo por acionista unicamente a União desde a sua criação (Lei nº 4.516 de 1º de dezembro de 1964), (ii) sua vocação prevista no Estatuto Social para atendimento às demandas tecnológicas, nos campos de sua atuação, de órgãos públicos, especialmente os Ministérios da Fazenda e do Planejamento, e (iii) a construção de soluções digitais capazes de aproximar o cidadão do Estado, observável nos diversos sistemas estruturantes da Administração Pública Federal, percebe-se que a Empresa desenvolve atividades essenciais ao funcionamento do Estado, diferenciando-se, portanto, de outras organizações.

### 29.1 Contratações pelo poder público

O SERPRO possui dispositivos legais que contribuem para sua participação na construção de soluções tecnológicas para o poder público. A própria Lei nº 5.615 de 13 de outubro de 1970, que dispõe sobre o SERPRO, estabelece que:

Art. 2º É dispensada a licitação para a contratação do Serviço Federal de Processamento de Dados - SERPRO pela União, por intermédio dos respectivos órgãos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para a prestação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, relacionados com as atividades de sua especialização.

(...)

§ 4º O disposto neste artigo não constitui óbice a que todos os órgãos e entidades da administração pública venham a contratar serviços com o Serpro, mediante prévia licitação ou contratação direta que observe as normas gerais de licitações e contratos.

(...)

Art. 2º-B. É o Serpro autorizado a aplicar a disponibilidade de sua capacidade técnica e operacional na execução de serviços que venham a ser contratados com outros órgãos e entidades, desde que garantida a disponibilidade de recursos necessários aos órgãos dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Art. 3º Os serviços prestados pelo SERPRO serão remunerados e objeto de convênio ou ajuste, independentemente de licitação.

Parágrafo único. Os convênios e ajustes firmados com o SERPRO não estão sujeitos a qualquer registro.

Além disso, o respaldo nas leis de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93 e Lei nº 14.133/21) faz com que o SERPRO seja contratado pelo setor público de forma dispensável, conforme os seguintes dispositivos:

Lei 8.666/93

Art. 24. É dispensável a licitação:

(...)

VIII - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integre a Administração Pública e que tenha sido criado para esse fim específico em data anterior à vigência desta Lei, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

(...)

XVI - para a impressão dos diários oficiais, de formulários padronizados de uso da administração, e de edições técnicas oficiais, bem como para prestação de serviços de informática a pessoa jurídica de direito público interno, por órgãos ou entidades que integrem a Administração Pública, criados para esse fim específico;

Lei 14.133/21

Art. 75. É dispensável a licitação:

(...)

IX - para a aquisição, por pessoa jurídica de direito público interno, de bens produzidos ou serviços prestados por órgão ou entidade que integrem a Administração Pública e que tenham sido criados para esse fim específico, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

Assim, em atendimento ao disposto no Art. 8º, § 2º, II da Lei 13.303/2016, divulga-se abaixo o resultado consolidado das operações efetuadas a partir de contratos objeto de dispensa e/ou inexigibilidade de licitação, ou seja, relativas aos contratos firmados com o setor público.

	Geral	Setor Público
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>2.808.208</b>	<b>1.865.270</b>
Custo dos serviços prestados	(1.539.367)	(1.364.588)
<b>Lucro bruto</b>	<b>1.268.841</b>	<b>885.925</b>
<b>Despesas/Receitas operacionais</b>	<b>(878.922)</b>	<b>(750.634)</b>
Despesas com vendas	(341.696)	(263.385)
Despesas gerais e administrativas	(515.702)	(468.059)
Outras despesas e receitas operacionais	(21.524)	(19.190)
<b>Lucro operacional antes do resultado financeiro</b>	<b>389.919</b>	<b>135.291</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>139.226</b>	<b>110.279</b>
Receitas financeiras	158.483	127.009
Despesas financeiras	(19.257)	(16.730)
<b>Resultado operacional antes do imposto de renda e da contribuição social</b>	<b>529.145</b>	<b>245.571</b>
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(102.829)</b>	<b>(47.733)</b>
Correntes*	(152.592)	(68.144)
Diferidos	49.763	20.411
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>426.316</b>	<b>197.838</b>

\*estimativa adotada com base na metodologia de atribuição do lucro ao setor público (Nota 26.5)

## 29.2 Imunidade Tributária

O Supremo Tribunal Federal, por meio da Ação Cível Originária nº 2.658, assegurou ao Serpro o direito à imunidade tributária prevista no art. 150, IV, a, da Constituição Federal, concluindo que a Empresa Pública preenche os requisitos necessários para gozar dos benefícios, não só com relação aos impostos federais, situação já prevista na citada lei federal, mas também com relação aos impostos estaduais (objeto da referida ACO). O expediente é aplicável somente sobre o patrimônio, os bens e os serviços utilizados na prestação de serviços públicos, devendo o SERPRO tributar regularmente as atividades destinadas às empresas de direito privado.

A imunidade tributária aplicada ao Serpro gera um diferencial em relação às empresas do setor privado, que não gozam da característica.